



jornaloestadoce
@jornaloestadoce
www.youtube.com/@CanalOEstadoCE
@jornaloestado



LOTERIAS
▶ MEGA-SENA, # 2987 ▶ 16, 17, 20, 28, 46, 47
▶ TIMEMANIA, # 2370 ▶ 10, 22, 40, 63, 74, 76, 79 GOIAS /GO
▶ LOTOFÁCIL, # 3643 ▶ 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 13, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25
* Resultados atualizados até o fechamento desta edição

ÚLTIMAS

Fechamento desta edição: 21h50

TEMPO EM FORTALEZA
Min **26° C** Max **30° C**

Períodos nublados com chuva fraca

TEMPO NO BRASIL (Máxima)
São Paulo **28° C** • Brasília **23° C** • Rio **30° C**

MARÉS • **BAIXA 01h59** **ALTA 08h23**
14h46 0.6m • **21h04 2.3m**

FALE COM A GENTE
www.oestadoce.com.br
e-mail: **geral@oestadoce.com.br**



FOTO MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

Leitura do BC é de que o cenário passou a exigir serenidade na política monetária

Copom evita sinalizar novo corte da Selic e prega cautela com guerra e inflação

O Banco Central (BC) adotou um tom mais cauteloso sobre os próximos passos da política monetária e evitou sinalizar um novo corte imediato na taxa Selic, em meio ao aumento das incertezas externas e à pressão renovada sobre as expectativas de inflação. Na ata da reunião divulgada nessa terça-feira (24/03), o Comitê de Política Monetária afirmou que a magnitude e a direção do processo de calibração dos juros serão definidas ao longo do tempo, à medida que novas informações sejam incorporadas ao cenário, especialmente em relação aos efeitos da guerra no Oriente Médio sobre a economia global e os preços de commodities.

Na reunião da semana passada, o Copom reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano. O movimento veio acompanhado de uma comunicação mais conservadora do que a esperada por parte do mercado, que antes da escalada do conflito no Oriente Médio projetava espaço para um corte mais intenso. Na avaliação do colégio, o ambiente atual é marcado por sinais mistos da atividade econômica, dúvidas sobre o ritmo de desaceleração da inflação e maior vola-

tilidade internacional, o que dificulta a identificação de tendências mais claras para a condução dos juros.

A leitura do Banco Central é de que o cenário passou a exigir perseverança, firmeza e serenidade na política monetária, com manutenção de uma postura restritiva por mais tempo do que se imaginava anteriormente. A ata destaca que, após o início dos conflitos no Oriente Médio, as expectativas de inflação voltaram a subir e permanecem acima da meta em todos os horizontes relevantes, o que amplia o custo do processo de desinflação quando há desancoragem das projeções.

Esse diagnóstico reforça a visão de que o BC seguirá dependente dos dados nas próximas reuniões, sem se comprometer previamente com uma trajetória contínua de queda dos juros. O foco da autoridade monetária está, sobretudo, em entender a profundidade e a duração dos choques externos, além de seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços, em especial no mercado de energia. A guerra e a instabilidade geopolítica passaram, assim, a ocupar posição central na análise do comitê.

PL Antifacção é sancionado com dois vetos

Trechos derrubados tratavam da punição de quem praticasse condutas típicas de facções, mas que não fossem desses grupos, e da repartição de receitas relacionadas ao Fundo Antidrogas

FOTO RICARDO STUCKERT/PR



Lula sancionou trecho que proíbe o voto de presos provisórios ligados a organizações criminosas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, nessa terça-feira (24), o PL Antifacção, com dois vetos. Um dos trechos derrubados visa punir indivíduos que pratiquem condutas graves típicas de facções, mas que não integram formalmente essas organizações criminosas. O dispositivo estabelecia que, caso uma pessoa atuasse de forma independente para realizar ações como controle territorial ou social, ataques a instituições financeiras ou sabotagem de infraestruturas essenciais, como hospitais, portos e redes de energia, a pena seria de 12 a 30 anos de reclusão.

“A ideia do governo foi resguardar qualquer criminalização dos movimentos sociais. Então, como alguns tipos penais poderiam ser artificialmente utilizados para criminalizar movimentos sociais, só membros de organizações criminosas estarão abarcados pela lei. Quem não faz parte da organização criminosa, por consequência, não pode sofrer as punições dessa lei”, disse o secretário Nacional de Segurança Pública, Chico Lucas.

Outro ponto vetado diz respeito à repartição de receitas relacionadas ao Fundo Nacional Antidrogas. Segundo o secretário, existe um dispositivo constitucional que prevê que recursos de apreensões do tráfico de drogas são objeto de destino da União. “Portanto, não poderiam ser destinados a outros entes em

lei ordinária, diferentemente do que estabelece o texto constitucional”, disse.

O projeto, batizado de Lei Raul Jungmann, criou tipos penais autônomos, como os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado. O primeiro é um novo tipo que pune a prática de condutas por membros de organização criminosa ultraviolenta, paramilitar ou milícia privada. As condutas abrangidas incluem: usar violência ou grave ameaça para impor controle, domínio ou influência sobre áreas geográficas ou territórios, restringir ou dificultar a livre circulação de pessoas, bens e serviços, entre outros pontos.

O texto define organização criminosa ultraviolenta

(também denominada facção criminosa) como um agrupamento de três ou mais pessoas que utiliza violência, grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social, ou para intimidar populações e autoridades. Já o crime de favorecimento ao domínio social estruturado foca na conduta de quem auxilia ou facilita a existência e a manutenção do domínio exercido pela facção, sem necessariamente participar das ações violentas diretas. A pena proposta varia de 12 a 20 anos.

O texto sancionado também define que recursos provenientes de investigações conduzidas pelas Polícias Civis estaduais serão destinados ao Fundo Estadual de Segurança Pública, enquanto investigações da Polícia Fe-

deral irão para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Em caso de investigações conjuntas, a divisão dos recursos será igualitária entre os envolvidos.

Mesmo sendo apontados como inconstitucionais durante a discussão do PL Antifacção, o governo decidiu sancionar o dispositivo que proíbe o voto de presos provisórios ligados a organizações criminosas, entendendo que quem ataca o sistema não deve interferir na vontade política. Também foi mantido o fim do auxílio-reclusão. “O que o governo federal endereçou nesse momento é que o custo de envolver-se no crime está ficando muito alto”, disse Chico Lucas.

MAIS CONTEÚDO ACESSE
www.oestadoce.com.br

Fiscalização aponta que Vibra elevou preço do diesel 35 vezes acima do custo

A Vibra Energia, antiga BR Distribuidora e ex-controlada da Petrobras, foi autuada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) após elevar o preço do diesel em cerca de R\$ 1,06 por litro, enquanto o custo subiu R\$ 0,03 no período. A diferença, de cerca de 35 vezes, foi considerada um forte indicio de prática abusiva.

A reportagem teve acesso ao auto de infração que foi aplicado contra a distribuidora, a maior do país, com participação próxima de 22%

do mercado e presença em milhares de postos em todo o território nacional. Os dados da autuação mostram que a empresa comprou diesel por cerca de R\$ 4,81 por litro no fim de fevereiro e passou a pagar cerca de R\$ 4,84 em meados de março. No entanto, ao vender esse mesmo produto, o preço saiu de cerca de R\$ 5,38 para R\$ 6,45 por litro.

Em nota, a Vibra afirma que “os preços no setor de combustíveis são resultado de uma dinâmica influenciada por múltiplos fatores, como

diferentes fontes de suprimento, incluindo importações, custos logísticos, variações cambiais e condições regionais, em um ambiente de livre concorrência” e que “reitera que preza pelas melhores práticas comerciais e atua em conformidade com a regulação, com compromisso com a transparência, o abastecimento e o respeito ao consumidor”.

A autuação ocorrida na quinta-feira (19) foi resultado de uma operação conjunta da ANP, da Secretaria Nacional do Consumidor e da Polícia

Federal. A fiscalização analisou notas fiscais de compra e venda de combustíveis entre os dias 27 de fevereiro e 19 de março e concluiu que houve um “descolamento significativo” entre custo e preço.

A base fiscalizada foi uma unidade de distribuição da Vibra Energia localizada no bairro Cidade Nova Heliópolis, em São Paulo. A instalação é responsável por receber, armazenar e revender grandes volumes de combustível e movimentar cerca de 120 milhões de litros por mês.

SINAC SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSÓRCIO
CNPJ nº 43.058.148/0001-90 - Pelo presente edital, ficam convocadas as Administradoras de Consórcios que atuam no estado do **CEARÁ** a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia **13 de abril de 2026, pela modalidade remota**, para apreciar a seguinte ordem do dia: 1) Exame da pauta de reivindicações coletivas de trabalho do **SINDCON-CE Sindicato dos Empregados em Administradoras de Consórcios, Vendedores de Consórcio, Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidoras de Veículos e Congêneres do Estado do Ceará**; 2) Designação de membros da comissão negociadora patronal; 3) Autorizar o SINAC, por seu Presidente, a firmar convenção coletiva de trabalho ou acordo judicial para o período 2026 a 2027 com o Sindicato Profissional; 4) Fixar contribuição negocial para as administradoras que atuam no estado do Ceará, em favor do SINAC. **Horário:** 9h30, 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta de administradoras, ou às 10h, em 2ª convocação, com a presença de qualquer número de administradoras. **A Comissão Negociadora SINAC se reunirá com o Sindicato Profissional no dia 14 de abril, às 10h, também por webinar.** A participação será assegurada a toda administradora de consórcios que atue no estado do Ceará. Para tanto, é necessário solicitar o link à esta Entidade, até o dia 10 de abril, com Esther, recepcao@abac.org.br. A solicitação será atendida com a indicação de representante da administradora e o envio de procuração da qual conste a outorga de poderes para deliberar as matérias acima indicadas. **Importante:** para o controle e segurança, a participação será autorizada somente à pessoa que tenha sido indicada por meio do procedimento acima indicado.
Fortaleza, 24 de março de 2026. **Rodolfo Garcia Montosa** - Presidente - SINAC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DO CEARÁ – SINDIPOSTOS/CE. Pelo presente Edital de Convocação, convoco os associados desta Entidade Sindical em pleno gozo de seus direitos sociais, para a Assembleia Geral Extraordinária, às 17h30min do dia 07.04.2026, com "quorum legal", ou às 18h30min do mesmo dia, em segunda convocação, a ser realizada na Sede do Sindipostos sito à Av. Engenheiro Santana Júnior, nº 3000, Sala 605, Bairro Cocó, nesta Capital, a fim de deliberarem acerca da pauta reivindicatória apresentada no Dissídio Coletivo do ano de 2025 (0000833-90.2026.5.07.0000) ajuizado pelo Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado do Ceará – SINPOSPETRO/CE, em cumprimento ao determinado na assentada realizada no referido Dissídio no dia 17/03/2026.
Fortaleza (CE), 25.03.2026.

Atenciosamente,
MANUEL NOVAIS NETO
Presidente do SINDIPOSTOS/CE.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - COGERH
DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
O Diretor Presidente da COGERH, Sr. Yuri Castro de Oliveira, no uso de suas atribuições, informa que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os seguintes documentos, conforme o disposto no Artigo 133 da Lei Nº 6.404/76: I - o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 2025; II - a cópia das demonstrações financeiras; III - o parecer dos auditores independentes; IV - o parecer do conselho fiscal; e V - demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.

Yuri Castro de Oliveira
Diretor Presidente / COGERH

Aviso de Licitação
ESTADO DO CEARÁ – CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ – CRA-CE. Torna-se público que no dia 09 de abril de 2026, às 09h30min, far-se-á licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica n. 90026/2026, o objeto desta licitação é a aquisição de 14 (Quatorze) itens de máquinas e equipamentos tecnológicos diversos para modernização e melhoria da infraestrutura do Conselho Regional de Administração do Ceará. Para mais informações consultar o Edital, os interessados deverão dirigir-se aos sites: sites: www.gov.br/compras e www.craceara.org.br
Antonio Marcos Salvino da Silva – Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
As Diretorias Colegiadas da AUDITECE – Associação dos Auditores Fiscais da Administração Fazendária do Estado do Ceará, da Auditece Sindical – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Ceará e da Auditece Solar, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, convocam todos os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá na modalidade virtual, a realizar-se no dia 31 de março de 2026, das 8h às 17h, no horário de Fortaleza/CE, a fim de deliberar sobre:
• **APRECIÇÃO DAS CONTAS DAS ENTIDADES NO EXERCÍCIO DE 2025;** Diretoria Colegiada
Fortaleza, 24 de março de 2026.